

MENSAGEM N.º 239, DE 2021

(Do Poder Executivo)

Ofício nº 448/2021

Submete a apreciação do Congresso Nacional, Portarias que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- TVR 168/2021 Portaria nº 111, de 13 de fevereiro de 2015 Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM, no município de Agrestina PE;
- TVR 169/2021 Portaria nº 743, de 09 de junho de 2015 Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci AL;
- TVR 170/2021 Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015 Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia GO;
- TVR 171/2021 Portaria nº 6.219, de 01 de dezembro de 2015 Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari, no município de Laranjal do Jari AP;
- TVR 172/2021 Portaria nº 90, de 01 de fevereiro de 2016 Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga, no município de Nuporanga SP;
- TVR 173/2021 Portaria nº 249, de 01 de fevereiro de 2016 Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis, no município de Palmeirópolis TO;
- TVR 174/2021 Portaria nº 531, de 09 de maio de 2016 Associação Comunitária Cajuruense ASCOA, no município de Carmo do Cajuru MG;

- TVR 175/2021 Portaria nº 903, de 09 de maio de 2016 Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão ACB, no município de Bonito MS:
- TVR 176/2021 Portaria nº 1.401, de 09 de maio de 2016 Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá, no município de Igaratá SP;
- TVR 177/2021 Portaria nº 1.849, de 09 de maio de 2016 Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras, no município de São José das Palmeiras PR.
- TVR 178/2021 Portaria nº 1.085, de 07 de junho de 2017 Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Branca SP;
- TVR 179/2021 Portaria nº 1.457, de 07 de junho de 2017 Associação Comunitária de Rádio de Pio IX, no município de Pio IX PI;
- TVR 180/2021 Portaria nº 1.884, de 07 de junho de 2017 Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM, no município de Pardinho SP;
- TVR 181/2021 Portaria nº 1.971, de 07 de junho de 2017 Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara, no município de Arara PB;
- TVR 182/2021 Portaria nº 2.209, de 07 de junho de 2017 Associação de Rádio Difusão Comunitária de Itapuranga, no município de Itapuranga GO;
- TVR 183/2021 Portaria nº 2.469, de 07 de junho de 2017 Associação Cultural Comunitária de Pirajuí, no município de Pirajuí SP;
- TVR 184/2021 Portaria nº 2.735, de 07 de junho de 2017 Associação de Radiodifusão Comunitária São João do Morro, no município de Barão de Cocais MG:
- TVR 185/2021 Portaria nº 3.049, de 07 de junho de 2017 Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta, no município de Jaquaribe CE;
- TVR 186/2021 Portaria nº 5.742, de 20 de dezembro de 2017 Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM, no município de Juazeiro BA;
- TVR 187/2021 Portaria nº 5.747, de 20 de dezembro de 2017 Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas, no município de Pancas CE.
- TVR 188/2021 Portaria nº 5.749, de 20 de dezembro de 2017 -Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo, no município de Morro Redondo - RS:
- TVR 189/2021 Portaria nº 6.159, de 20 de dezembro de 2017 Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, no município de Niterói RJ;

- TVR 190/2021 Portaria nº 293, de 09 de fevereiro de 2018 Associação Educacional e Cultural Interativa, no município de Medianeira PR:
- TVR 191/2021 Portaria nº 1.011, de 14 de março de 2018 Associação Comunitária de Japonvar, no município de Japonvar MG;
- TVR 192/2021 Portaria nº 2.503, de 17 de maio de 2018 Associação Cultural e Comunitária Normário Sales, no município de Jussari BA.
- TVR 193/2021 Portaria nº 1.258, de 14 de março de 2018 Movimento de Ação Comunitária MAC, no município de Solonópole CE;
- TVR 194/2021 Portaria nº 1.267, de 14 de março de 2018 Associação Casa da Cultura de Bom Jardim, no município de Bom Jardim PE;
- TVR 195/2021 Portaria nº 1.699, de 04 de abril de 2018 Associação Comuinitária Beneficente de Bueno Brandão, no município de Bueno Brandão MG;
- TVR 196/2021 Portaria nº 3.891, de 02 de agosto de 2018 Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, no município de Canoinhas SC;
- TVR 197/2021 Portaria nº 5.176, de 08 de novembro de 2018 Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Genildo Melo, no município de Severiano Melo RN.

DESPACHO:

TRANSFORMADA EM: TVR-168/2021, TVR-169/2021, TVR-170/2021, TVR-171/2021, TVR-172/2021, TVR-173/2021, TVR-174/2021, TVR-TVR-175/2021, TVR-176/2021, TVR-177/2021, TVR-178/2021, 179/2021. TVR-180/2021, TVR-181/2021. TVR-182/2021. TVR-183/2021. TVR-TVR-184/2021, TVR-185/2021. TVR-186/2021. 187/2021. TVR-188/2021. TVR-190/2021, TVR-TVR-189/2021, TVR-192/2021, 191/2021. TVR-193/2021, TVR-194/2021, TVR-195/2021. TVR-196/2021 E TVR-197/2021

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR)

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

MSC

- Artística Novo Tempo, no município de Igaci AL; 2 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 - Associação Educacional, Cultural e
- Cultural Juventina Maria de Mendonça, no município de Sanclerlândia GO; 3 - Portaria nº 4.374, de 22 de setembro de 2015 - Associação Comunitária e
- Rádio Comunicações Vale do Rio Jari, no município de Laranjal do Jari AP; 4 - Portaria nº 6.219, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Comunitária de
- Nuporanga SP; Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga, no município de 5 - Portaria nº 90, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária de

FORMATO DIFERENTE DO WORD

- Comunitária de Palmeirópolis, no município de Palmeirópolis TO; 6 - Portaria nº 249, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Difusão
- ASCOA, no município de Carmo do Cajuru MG; 7 - Portaria nº 531, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cajuruense -
- de Radiodifusão ACB, no município de Bonito MS; 8 - Portaria nº 903, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Bonitense
- Turística de Igaratá, no município de Igaratá SP; 9 - Portaria nº 1.401, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural Esportiva e
- de São José das Palmeiras, no município de São José das Palmeiras PR; 10 - Portaria nº 1.849, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural e Educativa

239/2021 POSSUI INTEIRO

Página 1 de 63

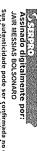
- de Radiodifusão Comunitária, no município de Santa Branca SP; 11 - Portaria nº 1.085, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Educativa
- Rádio de Pio IX, no município de Pio IX PI; 12 - Portaria nº 1.457, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de
- Comunitária Paixão FM, no município de Pardinho SP; 14 - Portaria nº 1.971, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de 13 - Portaria nº 1.884, de 7 de junho de 2017 - Associação Movimento Rádio

Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara, no município de Arara - PB;

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 2 de 63

- Comunitária São João do Morro, no município de Barão de Cocais MG; 17 - Portaria nº 2.735, de 7 de junho de 2017 - Associação de Radiodifusão
- Beneficente e Social de Nova Floresta, no município de Jaguaribe CE; 18 - Portaria nº 3.049, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária
- Comunitária Liberdade FM, no município de Juazeiro BA; 19 - Portaria nº 5.742, de 20 de dezembro de 2017 — Associação da Rádio
- Comunicação Boa Nova em Pancas, no município de Pancas ES; 20 - Portaria nº 5.747, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Unidos Para
- Cultural de Morro Redondo, no município de Morro Redondo RS, 21 - Portaria nº 5.749, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária
- 22 Portaria nº 6.159, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Rádio
- Comunitária Serra da Tiririca FM, no município de Niterói RJ;
- Cultural Interativa, no municipio de Medianeira PR; 23 - Portaria nº 293, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Educacional e
- Japonvar, no município de Japonvar MG; 24 - Portaria nº 1.011, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária de
- Comunitária Normário Sales, no município de Jussari BA; 25 - Portaria nº 2.503, de 17 de maio de 2018 - Associação Cultural e
- Comunitária MAC, no município de Solonópole CE; 26 - Portaria nº 1.258, de 14 de março de 2018 -Movimento de Ação
- 27 Portaria nº 1.267, de 14 de março de 2018 Associação Casa da Cultura de
- Beneficente de Bueno Brandão, no município de Bueno Brandão MG; Bom Jardim, no município de Bom Jardim - PE; e 28 - Portaria nº 1.699, de 4 de abril de 2018 - Associação Comunitária
- Cultural Santa Cruz de Canoinhas, no município de Canoinhas SC; e 29 - Portaria nº 3.891, de 2 de agosto de 2018 - Associação Comunitária e
- Comunicação e Cultura Genildo Melo, no município de Severiano Melo RN 30 - Portaria nº 5.176, de 8 de novembro de 2018 - Associação Comunitária de

Brasília, 2 de junho de 2021.





9.612, de 19 de fevereiro de 1998. com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Radiodifusão Comunitária na localidade de Agrestina, estado de Pernambuco, em conformidade 02.555.820/0001-75, explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de junho de 2013, o Serviço de Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM, inscrita no CNPJ nº Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.021295/2013-47, que veicula a

- documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área intermédio de seu Parecer nº 203/2014/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis. técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5306/2014/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2015. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 111/2015 de 13 de fevereiro de 2015, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

· 有人的 · 有一种 · 有一种

1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares. Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de

do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



13:55, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 13/02/2015, Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSE RIBEIRO às

Nº de Série do Certificado: 1232960



0314516 e o código CRC **779D3FEB** http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 5 de 63

do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de explore pelo prazo de dez anos, a contar de 10 de dezembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Igaci, estado de Alagoas, em conformidade com o que dispõe o caput Associação Educacional Cultural Artística Novo Tempo, inscrita no CNPJ nº 02.561.310/0001-00. Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.050186/2011-75, que veicula a

- documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0734/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, MC, de modo favorável à renovação da outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1156/2014/CGRC/DEAA/SCEtambém apresentou considerações favoráveis. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- Diário Oficial da União de 12 de junho de 2015. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 743, de 09 de junho de 2015, publicada no Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

complementares. fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está

de l'adiodilusao collidilitalia, ilo illafilcipio de lyaci, estado de Alagoas.

do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 3<u>º</u> Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

9

Ministro de Estado das Comunicações



34/2016. **BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 09/06/2015, às 13:32, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO

Nº de Série do Certificado: 1237855



- 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº de Radiodifusão Comunitária na localidade de Sanclerlândia, estado de Goiás, em conformidade Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça, inscrita no CNPJ nº 02.602.948/0001-42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 17 de novembro de 2013, o Serviço Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.071343/2013-48, que veicula a
- atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10821/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 2015. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 4374, de 22 de setembro de 2015, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 8 de 63

1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares. renovada por esta Portaria, reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo

Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 3<u>º</u> Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 4<u>º</u> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



14:27, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações, em 22/09/2015, Documento assinado eletronicamente por RICARDO JOSÉ RIBEIRO

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **0722342** e o código CRC **00F8AA32**. http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

11

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 9 de 63

Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Laranjal do Jari, estado de Amapá, em 03.937.860/0001-44, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 13 de Dezembro de 2012, o Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari, inscrita no CNPJ nº Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044171/2012-59, que veicula a

- a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 22757/2015/SEI-MC, de modo Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 09 de dezembro de 2015. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 6219, de 01 de Dezembro de 2015, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

normas complementares. fevereiro de 1998, leis subsequentes,

Congresso Nacional, nos termos do §30 do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de

seus

regulamentos

Ø

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:59 Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. 4SC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 11 de 63

> em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nuporanga, estado de São Paulo, Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. inscrita no CNPJ nº 02.770.910/0001-89, explore pelo prazo de dez anos a partir de 18 de novembro Associação Comunitária de Cultura, Lazer e Entretenimento da Estância Climática de Nuporanga, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.007039/2013-47, que veicula a

- a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 9967/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- Diário Oficial da União de 12 de fevereiro de 2016. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 90, de 01 de fevereiro de 2016, publicada no Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD

complementares. fevereiro de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de eis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/02/2016, às 09:15 Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **0912514** e o código CRC **01F26EED**.

ASC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 13 de 63

> de fevereiro de 1998. dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 Comunitária na localidade de Palmeirópolis, estado de Tocantins, em conformidade com o que explore pelo prazo de dez anos a partir de 10 de Agosto de 2011, o Serviço de Radiodifusão Associação de Difusão Comunitária de Palmeirópolis, inscrita no CNPJ nº 02.748.161/0001-93, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.058099/2011-66, que veicula a

- atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 25425/2015/SEI-MC, de modo Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 2016. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 249, de 01 de Fevereiro de 2016, publicada no Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos മ

normas

Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANDRE FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/02/2016, às 09:15 Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 15 de 63

> caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de na localidade de Carmo do Cajuru, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o pelo prazo de dez anos a partir de 17 de Setembro de 2011, o Serviço de Radiodifusão Comunitária Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade fevereiro de 1998 Associação Comunitária Cajuruense - ASCOA, inscrita no CNPJ nº 02.834.821/0001-59, explore Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.043110/2011-93, que veicula a

- atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 24376/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- Diário Oficial da União de 02 de junho de 2016. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCnº 531, de 09 de Maio de 2016, publicada no Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos ወ

normas

Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

ANDRE FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 09/05/2016, às 09:34 conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 17 de 63

- de fevereiro de 1998. dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão - ACB, inscrita no CNPJ nº 01.033.180/0001-Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Comunitária na localidade de Bonito, estado do Mato Grosso do Sul, em conformidade com o que 70, explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de novembro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.017409/2014-91, que veicula a
- a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2775/2016/SEI-MC, de modo Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 01 de junho de 2016. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 903/2016 de 09 de maio de 2016, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia.
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos P

normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

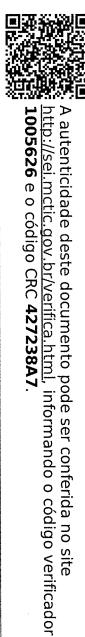
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 09/05/2016, às 09:33 Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO



conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016

caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de explore pelo prazo de dez anos, a contar de 07 de Agosto de 2013, o Serviço de Radiodifusão fevereiro de 1998. Comunitária na localidade de Igaratá, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá, inscrita no CNPJ nº 02.451.962/0001-92, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.070507/2013-10, que veicula a

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5705/2016/SEI-MC, de modo Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Diário Oficial da União de 03 de junho de 2016. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1401, de 09 de Maio de 2016, publicada no
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

complementares. fevereiro de Parágrato único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

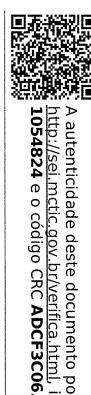
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRE FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 09/05/2016, às 09:32, Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Página 21 de 63

a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual se dispensou favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencia técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7516/2016/SEI-MC, de modo Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da de 19 de fevereiro de 1998.

que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612,

Comunitária na localidade de São José das Palmeiras, estado do Paraná, em conformidade com o 13, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 14 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Associação Cultural e Educativa de São José das Palmeiras, inscrita no CNPJ nº 02.507.672/0001-

Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.040872/2012-19, que veicula a

- Diário Oficial da União de 1 de junho de 2016. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 1849, de 09 de maio de 2016, publicada no Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 22 de 63

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos መ normas

Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

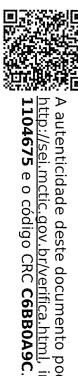
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



LIMA, Ministro de Estado das Comunicações, em 09/05/2016, às 09:2 Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO



http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador A autenticidade deste documento pode ser conferida no site conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. 239/2021 POSSUI INTEIRO EM FORMATO DIFERENTE DO WORD

Página 23 de 63

análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 16320/2016/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da

9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Branca, estado de São Paulo, em conformidade 05.404.192/0001-15, explore pelo prazo de dez anos a partir de 16 de junho de 2015, o Serviço de Associação Cultural e Educativa de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ nº Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.016739/2015-41, que veicula a

- publicada no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1085/2017 de 07 de junho de 2017, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

de complementares. Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Santa Branca/SP. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas

Kadiodifusão Comunitária, para executar, sem direito de exclusividade,

. O

do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 07/06/2017, às 11:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **1722164** e o código CRC **349D1504**.

Referência: Processo nº 53900.016739/2015-41

SEI nº 1722164

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 25 de 63

- Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. prazo de dez anos a partir de 16 de Maio de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Associação Comunitária de Rádio de Pio IX, inscrita no CNPJ nº 02.110.795/0001-16, explore pelo Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade localidade de Pio IX, estado do Piauí, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.031936/2012-91, que veicula a
- analise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 18971/2016/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1457, de 07 de Junho de 2017, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI MSC INTEIRO FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 26 de 63

de complementares. fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19

e normas

Comunitária, na localidade de Pio IX/PI

do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 07/06/2017, às 11:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 1753770 e o código CRC 7715CC56

Referência: Processo nº 53000.031936/2012-91

SEI nº 1753770

ASC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 27 de 63

> explore pelo prazo de dez anos a partir de 07 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Comunitária na localidade de Pardinho, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM, inscrita no CNPJ nº 02.811.657/0001-64, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.039997/2012-04, que veicula a

- análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecei técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 14754/2016/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1884, de 07 de junho de 2017, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

FORMATO DIFERENTE DO WORD

Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Pardinho / SP

de complementares. fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 മ normas

do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador A autenticidade deste documento pode ser conferida no site 1792163 e o código CRC 9264CE01

Referência: Processo nº 53000.039997/2012-04

SEI nº 1792163

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 29 de 63

de 19 de fevereiro de 1998. que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arara, estado da Paraíba, em conformidade com o 02.350.344/0001-56, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de novembro de 2012, o Serviço Associação Comunitária de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Arara, inscrita no CNPJ nº Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.047873/2012-94, que veicula a

- se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Orgão, por meio do qual modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Pareces técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 14440/2016/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 27 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1971, de 07 de junho de 2017, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,

análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD MSC Página 30 de 63

> normas complementares fevereiro Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela 1998, leis subsequentes, seus Lei nº 9.612, de 19 de regulamentos

ത

de Radiodifusão Comunitária na localidade de Arara/PB

Congresso Nacional, nos termos do §30 do art. 223 da Constituição Federal. Art. 20 Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 30 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 07/06/2017, às 11:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



一种,A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código ver 1798243 e o código CRC 3EE40F84. http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53000.047873/2012-94

SEI nº 1798243

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 31 de 63

> explore pelo prazo de dez anos a partir de 27 de Julho de 2015, o Serviço de Radiodifusão caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Comunitária na localidade de Itapuranga, estado de Goiás, em conformidade com o que dispõe o Associação de Radio Difusão Comunitária de Itapuranga, inscrita no CNPJ nº 02.584.526/0001-91, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.017336/2015-19, que veicula a

- documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 8394/2017/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2209, de 07 de Junho de 2017, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 32 de 63

complementares. fevereiro de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de eis subsequentes, seus regulamentos መ

Padiodilasao Collidilitalia lia localidade de Itabalaliga / Go

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016 07/06/2017, às 11:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



1834260 e o código CRC **AAD1DF35**. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.017336/2015-19

SEI nº 1834260

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 33 de 63

- da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. prazo de dez anos, a contar de 31 de julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Associação Cultural Comunitária de Pirajuí, inscrita no CNPJ nº 01.683.638/0001-37, explore pelo Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade localidade de Pirajuí, estado de São Paulo, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.050647/2015-90, que veicula a
- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecei técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 8951/2017/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2469, de 07 de junho de 2017, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 34 de 63

complementares. fevereiro de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de eis subsequentes, seus regulamentos ത normas

כיוומוווימוומ וומ וסכמוומממכ מכ - וו מלמו / סו י

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

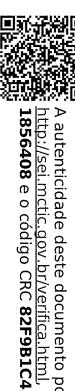
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



07/06/2017, às 11:19, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.050647/2015-90

de 19 de fevereiro de 1998. que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, 44, explore pelo prazo de dez anos a partir de 06 de outubro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Associação de Radiofusão Comunitária São João do Morro, inscrita no CNPJ nº 01.758.615/0001-Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Comunitária na localidade de Barão de Cocais, estado de Minas Gerais, em conformidade com o Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.039548/2015-57, que veicula a

Excelentissimo semor Presidente da Republica,

documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 9805/2017/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da

publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2735/2017 de 07 de junho de 2017, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,

autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

77

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 36 de 63

> de 1998, Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de leis subsequentes, seus regulamentos ത

המטוסמוות שמי כסוומו ווימו ומיום וסכמווממת מבי שמומס מבי כסכמוש ויוס:

complementares. fevereiro normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 07/06/2017, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **1885824** e o código CRC **755297B9**. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

Referência: Processo nº 53900.039548/2015-57

SEI nº 1885824

39

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 37 de 63

> de 19 de fevereiro de 1998 que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaribe, estado do Ceará, em conformidade com o 06.737.365/0001-80, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 27 de junho de 2016, o Serviço de Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta, inscrita no CNPJ nº Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.047620/2015-10, que veicula a

- documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 10177/2017/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2017. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 3049, de 07 de junho de 2017, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Jaguaribe / CE. SOCIAL DE NOVA FLORESTA, para executar, sem direito de exclusividade, o fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos

zoro, a autolização outoligada a AUSOCIAÇÃO COMONITADIA DENETICIENTE E

complementares. Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

മ

normas

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

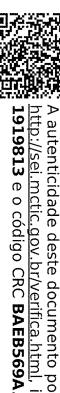
GILBERTO KASSAB

41

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 07/06/2017, às 11:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.047620/2015-10

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 39 de 63

da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. na localidade de Juazeiro, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 pelo prazo de dez anos a partir de 03 de fevereiro de 2014, o Serviço de Radiodifusão Comunitária modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM, inscrita no CNPJ nº 02.296.522/0001-08, explore Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15574/2017/SEI-MCTIC, de Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.065773/2013-21, que veicula a

publicada no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2018 Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5742/2017, de 20 de dezembro de 2017, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,

da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.

autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 40 de 63

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos

ന

normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

44

FORMATO DIFERENTE DO WORD



Página 41 de

63

de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



239/2021 POSSUI INTEIRO

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador 2253056 e o código CRC BD6D8DBE.

Referência: Processo nº 53000.065773/2013-21

fevereiro de 1998. o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de Comunitária na localidade de Pancas, estado do Espírito Santo, em conformidade com o que dispõe 36, explore pelo prazo de dez anos a partir de 13 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova Em Pancas, inscrita no CNPJ nº 02.481.916/0001-Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.015432/2013-12, que veicula a

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecei técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15396/2017/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 24 de janeiro de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5747/2017, de 20 de dezembro de 2017, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia.
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO Página 43 de 63

FORMATO DIFERENTE DO WORD

complementares. fevereiro Comunitária na localidade do Município de Pancas/ES. de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos ര

normas

Em Pancas, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão ZOIZ, a autolização outoligada a Associação officios fara confidencação poa inova

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



assinatura eletrônica

de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3° , III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **2253175** e o código CRC **FE45999A** http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53000.015432/2013-12

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 44 de 63

> explore pelo prazo de dez anos a partir de 22 de março de 2011, o Serviço de Radiodifusão de 19 de fevereiro de 1998. o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, Comunitária na localidade de Morro Redondo, estado do Rio Grande do Sul, em conformidade com Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo, inscrita no CNPJ nº 02.583.651/0001-87, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.056216/2011-57, que veicula a

- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 19394/2017/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 19 de janeiro de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5749, de 20 de dezembro de 2017, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 45 de 63

MSC

Radiodifusão Comunitária na localidade de Morro Redondo / RS MORRO REDONDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de 2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇAO COMUNITARIA CULTURAL

complementares. tevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, 1998, eis subsequentes, seus regulamentos ወ de 19 de normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016.

Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro

2253232 e o código CRC 3D015511 http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53000.056216/2011-57

explore pelo prazo de dez anos a partir de 19 de Julho de 2016, o Serviço de Radiodifusão o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade tevereiro de 1998. Comunitária na localidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, em conformidade com o que dispõe Associação Rádio Comunitária Serra da Tiririca FM, inscrita no CNPJ nº 03.591.027/0001-94, Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049346/2015-13, que veicula a

- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Pareces técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 22239/2017/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6159, de 20 de Dezembro de 2017, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 47 de 63

> fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de leis subsequentes, seus regulamentos ന

Radiodifusão Comunitária na localidade de Niterói / RJ.

para executar, serii direito de exclusividade,

ה שבו גולה מב

complementares. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 20/12/2017, às 18:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2310832** e o código CRC **21599F93**.

Referência: Processo nº 53900.049346/2015-13

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 48 de 63

- da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. pelo prazo de dez anos a partir de 30 de Janeiro de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Associação Educacional e Cultural Interativa, inscrita no CNPJ nº 00.994.480/0001-53, explore Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade localidade de Medianeira, estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.046898/2015-70, que veicula a
- documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Pareces técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 29297/2017/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 07 de Março de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 293, de 09 de Fevereiro de 2018, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 49 de 63

complementares. de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos æ normas

Kadioditusão Comunitária na localidade de Medianeira / PK.

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 09/02/2018, às 12:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.046898/2015-70

223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998 localidade de Japonvar, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que dispõe o caput do art. de dez anos a partir de 28 de fevereiro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Associação Comunitária de Japonvar, inscrita no CNPJ nº 02.255.367/0001-81, explore pelo prazo Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.024846/2015-42, que veicula a

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Pareces documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2471/2018/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1011, de 14 de março de 2018, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO MSC TEOR FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 51 de 63

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos മ

normas

localidade de Japonyar/MG

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <u>http://sei.mctic.gov.br/verifica.html</u>, informando o código verificador **2681810** e o código CRC **D029F30F**.

Referência: Processo nº 53900.024846/2015-42

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 52 de 63

- da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Comunitária na localidade de Jussari / BA, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 42, explore pelo prazo de dez anos a partir de 08 de novembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Associação Cultural e Comunitária Normário Sales Jussari, inscrita no CNPJ nº 02.661.251/0001-Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.070736/2013-34, que veicula a
- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecei técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 4420/2018/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2503/2018 de 17 de maio de 2018 Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 53 de 63

fevereiro complementares. de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos

Ф

normas

Comunitária na localidade de Jussari / BA

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 17/05/2018, às 12:57, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site 2952494 e o código CRC DAFFECC7. http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53000.070736/2013-34

MSC 239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 54 de 63

- da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. prazo de dez anos a partir de 01 de novembro de 2016, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Movimento de Ação Comunitária - MAC, inscrita no CNPJ nº 41.336.868/0001-44, explore pelo Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade localidade de Solonópole, estado do Ceará, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.049709/2015-11, que veicula a
- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3482/2018/SEI-MCTIC, de Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1258/2018 de 14 de março de 2018. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 55 de 63

complementares. tevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, 1998, leis subsequentes, seus regulamentos ന de 19 de normas

Comunitária na localidade de Solonópole / CE.

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3° , III, "b", das Portarias MC n $^{\circ}$ 89/2014 de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



2712624 e o código CRC 2803FE09 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.049709/2015-11

- art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de localidade de Bom Jardim, Estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do prazo de dez anos a partir de 21 de maio de 2013, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na Associação Casa da Cultura de Bom Jardim, inscrita no CNPJ nº 00.837.247/0001-67, explore pelo Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.007916/2014-61, que veicula a
- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecei técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3303/2018/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1267/2018 de 14 de março de 2018, Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

MSC

中分の方面の人間のおいて、中人を持ち人がある日代のははないという

239/2021 POSSUI INTEIRO

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de

complementares. fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos ത normas

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



EM FORMATO DIFERENTE DO WORD

e MCTIC nº 34/2016. de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 14/03/2018, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



TEOR

Página 57 de 63

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2712764** e o código CRC **832699BF**.

Referência: Processo nº 53000.007916/2014-61

Página 58 de 63

Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5421/2018/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A árez de fevereiro de 1998. dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 Comunitária na localidade de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, em conformidade com o que explore pelo prazo de dez anos a partir de 21 de Fevereiro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão, inscrita no CNPJ nº 19.083.773/0001-07, Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da

Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.008953/2015-23, que veicula a

Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 1699, de 04 de Abril de 2018, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,

da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do no Diário Oficial da União de 09 de abril de 2018. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

239/2021 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD Página 59 de 63

complementares. fevereiro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos P normas

Comunitária na localidade de Bueno Brandão/MG

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

GILBERTO KASSAB

62

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 04/04/2018, às 10:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador **2808263** e o código CRC **DB915AD8**.

Referência: Processo nº 53900.008953/2015-23

SEI nº 2808263

9

de fevereiro de 1998. dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 Comunitária na localidade de Canoinhas, estado de Santa Catarina, em conformidade com o que 25, explore pelo prazo de dez anos a partir de 26 de Dezembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas, inscrita no CNPJ nº 02.214.400/0001-Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.041939/2015-31, que veicula a

Excelentissimo Senhor Presidente da República,

- documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer. modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 14460/2018/SEI-MCTIC, de Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- no Diário Oficial da União de 28 de Setembro de 2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 3891, de 02 de Agosto de 2018, publicada Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

que 53900.041939/2015-31, resolve: Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o **COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, dos Processos Administrativos nº 53820.000922/1998

ወ

CRUZ DE CANOINHAS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Canoinhas/SC. 2015, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL SANTA Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 26 de dezembro de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de

complementares. Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do regulamentos

fevereiro

de

1998,

eis

subsequentes, seus

ወ

normas

64

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em e MCTIC nº 34/2016. 02/08/2018, às 17:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro

🖟 A autenticidade deste documento pode ser conferida no site **3210806** e o código CRC **75A53B17** http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53900.041939/2015-31

Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Radiodifusão Comunitária na localidade de Severiano Melo, estado do Rio Grande do Norte, em 04.421.626/0001-22, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 19 de março de 2014, o Serviço de Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Genildo Melo, inscrita no CNPJ nº Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.014761/2014-19, que veicula a

- da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Pareces técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 19386/2018/SEI-MCTIC, de documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área Orgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da
- Oficial da União de 21/11/2018. Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5176, de 08/11/2018, publicada no Diário Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
- Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal. autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da

53000.014761/2014-19, resolve: **E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o consta dos Processos Administrativos nº 53780.000042/2001 e nº

Radiodifusão Comunitária na localidade do Município de Severiano Melo/RN. Cultura Genildo Melo, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de autorização outorgada à Associação Comunitária de Comunicação e Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 19 de março de Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de

complementares. fevereiro de 1998, eis subsequentes, seus regulamentos ወ normas

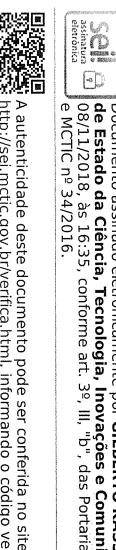
66

Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 08/11/2018, às 16:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Documento assinado eletronicamente por GILBERTO KASSAB, Ministro

3423907 e o código CRC **A5546048**. http://sei.mctic.gov.br/verifica.html, informando o código verificador

Referência: Processo nº 53000.014761/2014-19

SEI nº 3423907

SEI 53000.014761/2014-19 / pg. 145

Portaria 5176 (3423907)

FIM DO DOCUMENTO